

PODER

Câmara analisa PL para órfãos do feminicídio

Texto determina atenção e promoção da saúde mental aos filhos deixados por vítimas desse tipo de crime, além de ações conjuntas entre órgãos públicos

Um projeto de lei (PL) que prevê proteção e atendimentos multissetoriais para crianças e adolescentes cujas mães ou responsáveis legais tenham sido vítimas de feminicídio segue para tramitação na Câmara dos Deputados.

O PL 1.185/2022 cria a Política Nacional de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos e Órfãs de Feminicídio e foi aprovado, na última semana, em turno suplementar pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal.

O texto original tem autoria do senador Sérgio Petecão (PSD-AC), mas passou por alterações substanciais feitas pela relatora, senadora Leila Barros (PDT-DF).

Uma delas foi incluir a saúde mental como um direito aos órfãos e órfãs. Para isso, o substitutivo aprovado prevê que eles deverão ter prioridade nos programas, projetos e ações sociais promovidos pelo poder público.

Outra diretriz que deve ser estabelecida para que a lei cumpra seus objetivos é que sejam feitos estudos para promover a prevenção à reincidência e à letalidade dos casos de violência contra as mulheres.

Em outubro, uma pensão especial de um salário mínimo (atuais R\$ 1.320) foi criada por meio da Lei 14.717 para contemplar os órfãos e órfãs cuja renda familiar per capita seja de até um quarto do salário mínimo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, antes de sancionar a lei, afirmou ser responsabilidade do Estado criar as crianças, uma vez que não foi capaz de cuidar da vítima da violência. Conforme dados do Monitor da Violência, o feminicídio aumentou 5,5% entre 2021 e 2022 no país.

Quando aprovado, o PL prevê que Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outros órgãos trabalhem em conjunto para alcançar os objetivos da lei. Um órgão será designado para coordenar a integração, além de monitorar e avaliar a política pública.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Plenário da Câmara: texto prevê que órfãos deverão ter prioridade nos programas do poder público

Adiado depoimento de Moro

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) adiou o depoimento do senador Sergio Moro (União Brasil-PR) no processo que pode levar à cassação do mandato dele. O ex-juiz da Operação Lava-Jato seria ouvido hoje, por videoconferência. O depoimento agora está previsto para 7 de dezembro.

O advogado Luis Felipe Cunha e o empresário Ricardo Augusto Guerra, suplentes do senador, e o deputado cassado Deltan Dallagnol também serão ouvidos.

Moro enfrenta duas ações na Justiça Eleitoral, que o acusam de abuso de poder econômico, abuso de poder político e uso indevido de meios de comunicação na campanha ao Senado.

Os depoimentos foram adiados

porque os investigados devem falar por último, após a reunião de todas as provas, e o Podemos enviou documentos fora do prazo.

O partido está habilitado no processo como "terceiro interessado", ou seja, não é parte, mas foi notificado a contribuir com a ação. A Justiça Eleitoral pediu ao diretório nacional dados sobre gastos de campanha. Documentos complementares compartilhados pelo partido chegaram com atraso.

O desembargador Dartagnan Serpa Sá, relator do caso, afirmou que a "juntada extemporânea" de provas tem o "condão de tumultuar o andamento processual", mas também não descartou uma falha técnica.

O magistrado autorizou o

adiamento dos depoimentos para que as defesas pudessem analisar toda a documentação "em tempo hábil à oitiva". "Conforme destacam os investigados, a juntada ocorrida posteriormente à designação das audiências pode vir a causar prejuízo ao exercício da ampla defesa pelas partes", escreveu Serpa Sá.

O Podemos foi o primeiro partido a filiar Moro quando o ex-juiz entrou oficialmente na vida político-partidária.

Ele migrou para o União Brasil, após ver derreterem suas chances de vitória na corrida presidencial, para lançar candidatura ao Senado. Moro rivalizou e venceu o ex-senador Álvaro Dias, um dos idealizadores de sua campanha.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Conselho aprova pausa na guerra, mas Israel não aceita

Imaginem um terremoto na Faixa de Gaza maior do que aquele que ocorreu em fevereiro passado na Síria e na Turquia, quando morreram 7,2 mil pessoas e 35 mil ficaram feridas. Todos os países da região, inclusive Israel, se mobilizariam para socorrer as vítimas, enviando bombeiros, médicos, enfermeiros, psicólogos e outros profissionais. Doações de mantimentos e medicamentos, bem como equipamentos hospitalares e de construção civil, seriam providenciados, com a mobilização de organizações humanitárias para fazer com que tudo isso chegasse aos flagelados no menor espaço de tempo possível. Feridos e desabrigados seriam levados para hospitais e abrigos, respectivamente.

As imagens da destruição causada pelos bombardeios de Israel em Gaza são muito piores do que as de um terremoto daquelas proporções, mas nada disso está sendo feito, muito pelo contrário, a destruição continua. Apesar de o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), pela primeira vez, aprovar uma resolução sem vetos sobre a guerra na Faixa de Gaza, que possibilitaria a mobilização humanitária descrita acima, Israel já avisou que não pretende acatar a decisão e continuará os ataques contra o Hamas, como aconteceu no hospital Al Shifa, ocupado desde quarta-feira.

Ontem, as Forças de Defesa de Israel (FDI) anunciaram ter encontrado armas do Hamas no hospital e infraestrutura que seria o "coração" do grupo terrorista. Os soldados interrogaram dezenas de civis antes de liberá-los, mas há denúncias de violência contra pacientes e intimidação de médicos e enfermeiros. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o estabelecimento da ONU abriga, atualmente, 2.300 pessoas, entre pacientes, profissionais da saúde e deslocados pela ofensiva israelense no território palestino.

A resolução do Conselho de Segurança foi proposta por Malta, com foco nas crianças da Faixa de Gaza, que estão sendo mortas, muitas das quais soterradas nos bombardeios. Determina uma pausa nos ataques, para que ajuda humanitária chegue à população civil, principalmente às crianças que estão na área de conflito, muitas delas feridas ou recém-nascidas, que precisam ser resgatadas. O objetivo da pausa seria facilitar "o fornecimento contínuo, suficiente e sem entraves de bens e serviços essenciais — incluindo água, eletricidade, combustível, alimentos e suprimentos médicos".

Entretanto, o Ministério das Relações Exteriores de Israel anunciou que não haverá pausa até que os reféns em poder do Hamas sejam libertados. A narrativa do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu para justificar os bombardeios é de que os civis, sobretudo mulheres e crianças, são usados como escudo pelo Hamas.

Novo cenário

Por ora, a decisão do Conselho de Segurança é uma declaração de intenções: Israel e o Hamas devem evitar privar a população de Gaza de serviços básicos e da assistência humanitária indispensáveis à sua sobrevivência; reparações de emergência em infraestruturas essenciais em Gaza; evacuação de crianças doentes ou feridas, e de seus cuidadores; ações de resgate de pessoas que desapareceram nos bombardeios, após edifícios do território palestino terem sido danificados e destruídos.

As resoluções do Conselho de Segurança, pela Carta da ONU, deveriam ter efeitos práticos. Nesse caso, permitir o acesso total à Faixa de Gaza das agências da ONU e de seus parceiros, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e outras organizações humanitárias. Para isso, é necessária a pausa na guerra e a liberação do acesso aos hospitais e às instituições que abrigam os palestinos. Isso é impossível sem autorização do exército israelense.

A resolução da ONU, porém, reflete uma mudança de postura do governo dos Estados Unidos, que se absteve na votação, ao lado da Rússia e do Reino Unido. A resolução foi aprovada por 12 votos. China, que agora preside o órgão, e França, que tem poder de veto, votaram a favor. Albânia, Brasil, China, Emirados Árabes Unidos, Equador, França, Gabão, Gana, Japão, Malta, Moçambique e Suíça, sem poder de veto, garantiram a aprovação.

Apesar de não condenar Israel nem classificar o Hamas como grupo terrorista, a resolução tende a aumentar o isolamento internacional de Netanyahu, que não demonstra nenhuma preocupação quanto a isso, porque sabe que os Estados Unidos não romperão os compromissos financeiros e militares que já assumiu nesta guerra. A abstenção norte-americana na votação deve-se à enorme pressão da opinião pública mundial e do desgaste junto aos países muçulmanos, principalmente países árabes da região.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que muito se empenhou pela aprovação, comemorou a decisão, que vai facilitar o resgate dos brasileiros que ainda estão em Gaza. A abstenção dos EUA coincide com o encontro entre o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o presidente da China, Xi Jinping, que não trataram do assunto publicamente. Entretanto, Biden vem reiterando a posição favorável à existência de dois Estados e que a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, após a guerra, sejam administradas pela Autoridade Palestina, posição que o atual governo de Israel não aceita.

Protesto esvaziado

Leandro Couri/EM/DA Press

Um protesto de bolsonaristas, ontem, em Brasília, para marcar o feriado da Proclamação da República, reuniu cerca de 200 pessoas não contou com a presença do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Apoiadores do ex-chefe do Executivo caminharam por 1km no Eixão e pararam em frente ao Banco Central, com cartazes pedindo "Fora Lula". Um dos participantes foi o senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Além de Brasília, foram programadas manifestações em mais 12 capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Goiânia, Natal, Florianópolis, Cuiabá, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte (foto), Vitória e Salvador.



Acesse receita.fazenda.df.gov.br ou ligue 156 e saiba mais.

Adesão até 30/11

Quite suas dívidas com o GDF. Faça o Refis e refaça sua vida.

Pagamento imediato de **10%** do débito

Nada melhor para se refazer das dificuldades financeiras do que fazer o Refis. Uma oportunidade que o GDF traz para quitar impostos atrasados em até 120 parcelas, com descontos progressivos de até 99% nos juros. Assim, você pode quitar o ICM, ICMS, ISS, IPTU, IPVA, ITBI, ITCD, TLP ou outros impostos e ficar com a vida financeira em dia. Faça a adesão ao Refis agora mesmo. **Confira as condições até 20/11.**

